

A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ-RN

Esp. ANA ALICE CAVALCANTE CÂMARA - FATIN
Prof.^a do Governo do Estado do Rio Grande do Norte e da Prefeitura Municipal de Caicó
E-mail: aninha.cavalcante.2@gmail.com

Esp. HELDER CAVALCANTE CÂMARA - UERN
Docente do Curso de Educação Física
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Pau dos Ferros/RN
E-mail: redlehcc@gmail.com

Ms. HUDSON PABLO DE OLIVEIRA BEZERRA – UFRN
Prof. do Governo do Estado do Rio Grande do Norte e da Prefeitura Municipal de Portalegre
E-mail: hpobezerra@gmail.com

RESUMO

Muito tem se discutido sobre a qualidade do ensino na escola pública. Este tem sido na maioria das vezes considerado precário. Diferentemente, o ensino privado é valorizado e, considerado, por parte significativa da população, melhor que o público. Contudo, não há unanimidade e muitos questionam as análises comparativas entre essas esferas. Nesse sentido, nos indagamos se, em se tratando da Educação Física, existe diferença na ação docente dos profissionais de Educação Física que lecionam nas escolas públicas e privadas no município de Mossoró-RN. Para responder a esta questão procurou-se realizar este trabalho a fim de traçar o perfil da ação docente em Educação Física nas escolas públicas e privadas, indicando as possíveis causas e as consequências dessas atuações. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa procurando analisar a prática docente dos professores da rede pública e particular de ensino. A amostra foi composta por seis professores, sendo três da escola pública e três da particular. A metodologia consistiu na observação de aulas de cada professor e posteriormente a realização de uma entrevista semi-estruturada. A partir dos resultados verificou-se que a ação docente dos profissionais de Educação Física é desprovida de criticidade, bem como não possibilita uma formação dos alunos nos aspectos social, político, econômico e cultural. Na maioria das vezes o desenvolvimento do físico e de habilidades motoras é o que tem predominado. Constatou-se também uma diferença entre a ação docente dos profissionais da rede de ensino pública e privada, e essa que diferença tem como possível motivo o poder educativo das instituições. Por fim, enfatiza-se a necessidade de que o profissional de Educação Física, independente de seu local de atuação, deve realizar uma prática de qualidade, de maneira que capacite o aluno além da instrumentalização na realização de movimentos.

Palavras Chaves: Ação docente, Educação Física Escolar, Ensino Público e Privado.

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Nos últimos anos a Educação Física vem passando por uma série de discussões quanto a seu papel. Estas contestam o tipo de ensino realizado nas escolas, influenciado ainda pelas vertentes militarista, higienista e esportivista que impõem uma prática pautada em fazeres mecânicos, na ausência reflexão, na passividade e conseqüentemente numa formação acrítica.

Dessas reflexões surgiram propostas que tentaram romper com os modelos supracitados, das quais destacamos as abordagens desenvolvimentista, construtivista, crítico-superadora (BRASIL, 1998; SOARES et al., 1992 e DARIDO, 1999) e crítico-emancipatória (KUNZ, 2004b).

Esse embate, embora construído no meio acadêmico, partiu de uma “elite pensante”¹ da Educação Física, mas a ação no “chão da escola” ainda não se efetivou de forma significativa. Alguns aspectos poderiam ser alvo de reflexão para analisar o limitado alcance dessas abordagens, dentre estes está o processo formativo dos professores de Educação Física.

Segundo BARBOSA (1997, p. 24), “(...) a maioria dos professores que ministram aulas nos cursos de graduação em Educação Física tiveram sua formação num período em que o papel da Educação Física estava totalmente voltado para tendência desportiva”. Concordamos em parte com a afirmação do autor citado, isto porque esse quadro vem paulatinamente mudando, inclusive os currículos das instituições formadoras que antes eram pautados,

[...] primordialmente, em disciplinas das áreas biomédica e esportiva, evidenciando valores hegemônicos, próprios do regime político vigente naquele momento², ou seja, currículos essencialmente construídos com conteúdos do esporte ou a ele ligados, com um cunho competitivo acentuado e, também, com uma grande preocupação em fazer com que a área se tornasse um celeiro de talentos para o esporte nacional. (MENDES apud PAU DOS FERROS, 2009, p. 08)

Agora assumem uma dimensão mais reflexiva, conforme é expresso no Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física de Pau dos Ferros-RN, quando pontua que “O profissional que se deseja formar deverá adotar uma atitude crítico-reflexiva na intervenção profissional”, a qual só é possível a partir de uma formação que o capacite a aquisição,

¹ Bracht, Soares, Taffarel, Castellino Filho, Escobar, Ghiraldelli Jr., Kuns, Tanni, Betti entre outros.

² Para maior aprofundamento, consultar: MENDES, S. O campo do currículo e a produção curricular na Educação Física nos anos 90. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 39-48, julho-dezembro, 2005.

ampliação e aplicação dos conhecimentos relativos à cultura corporal não como “coisa” a ser ensinada, mas que, a partir de sua apreensão, nunca descontextualizada, se possa possibilitar a formação de um aluno ativo, crítico e reflexivo.

A formação do profissional de Educação Física vem se modificando ao longo dos tempos e faz com que seus membros adotem posturas mais críticas no trato com o conhecimento. Assim, essa “nova” configuração da Educação Física vem possibilitando um outro tipo de formação com enfoque em uma perspectiva educacional. Mesmo considerando que nos Curso de licenciatura em Educação Física há uma diversidade de proposições teórico-metodológicas, os fins destas direcionam para a constituição de um profissional que tem como meta a formação de um aluno que seja sujeito de si, portanto, autônomo, crítico e reflexivo.

Partindo desse pressuposto e de que o processo formativo em qualquer instituição de ensino superior não se processa de maneira igual para todos, além de refletir também sobre o discurso presente no imaginário que pressupõe que as escolas particulares realizam um ensino de melhor qualidade em relação às públicas, nos indagamos se existe diferença na ação docente dos profissionais de Educação Física que lecionam nas escolas públicas e privadas no município de Mossoró-RN?

Para pensar essa problemática realizamos esta pesquisa, a qual é descritiva e de abordagem qualitativa, a fim de possibilitar uma reflexão sobre a ação docente em Educação Física nas escolas públicas e privadas. Para tanto, investigou-se as práticas docentes dos profissionais de Educação Física das redes pública e particular de ensino do Município de Mossoró-RN. A amostra constitui-se de 06 (seis) professores em 06 (seis) escolas, sendo 03 (três) da rede pública de ensino e 03 (três) da rede privada.

Neste trabalho foram observadas as aulas no período de outubro a novembro de 2008 e de fevereiro a março de 2009. Após a observação das aulas foi realizada uma entrevista com os professores regentes dessas aulas.

2. EDUCAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA E PRIVADA: ONDE ESTÁ A EXCELÊNCIA?

Ao discutir as esferas públicas e privadas, em se tratando de educação, pode-se considerar, sem receio algum, que é uma discussão de longa data e que não se restringe

apenas aos aspectos ligados diretamente a “educação” de forma isolada, até porque seria impossível fazê-lo.

Para ratificar essa compreensão, é necessário apropriar-se do entendimento de Bueno e Dourado (2001, p. 91) sobre educação, quando a consideram

(...) como uma prática social contraditória, com objetivos e fins nem sempre convergentes, resultantes da sua caracterização como campo de disputas hegemônicas de projetos sociais providos de historicidade e impregnados pelas condições sócio-políticas-culturais nas quais se constituem e buscam se efetivar.

Nesse sentido, pode-se dizer que o embate entre o público e o privado se tornou efetivo dentro de um contexto histórico-sócio-político-cultural, marcado por determinações estruturais e conjunturais dessa realidade e a educação, como prática social, não poderia estar fora destas discussões.

Estas considerações servem para indicar que, as discussões entre as esferas pública e privada, não tem, em momento algum, um caráter de ingenuidade, mas é carregado de interesses “individuais” e ou corporativistas. Vale salientar, que não é objetivo desse trabalho analisar essa conjuntura, embora se saiba o quanto é importante. A preocupação incidirá, especificamente, a qualidade do ensino público e privado.

A partir desse foco e sabedores de que o conflito entre a educação privada e a pública não é recente, pode-se questionar se nos dias atuais a prática de ensino nessas instituições são práticas de qualidade. Para isso, defendemos que a educação deve ir muito além da instrumentalização, possibilitando ao aluno entender a realidade social, interpretando-a e explicando-a. Deve, portanto, promover a apreensão da prática social (SOARES et. al., 1992).

Vale destacar que muitas opiniões são formadas, entre elas a de que a escola privada tem um ensino de excelência, enquanto que a escola pública oferece um ensino de baixa qualidade. Outros posicionamentos indicam que não há uma diferença significativa entre essas instituições de ensino. Esses diferentes entendimentos apontam para conclusão de que não há unanimidade, apesar de, no imaginário social, a ideia de que o ensino privado é superior ao público tem predominado.

Na maioria das vezes o critério utilizado para indicar a qualidade da escola pública e privada é o resultado no ENEM (Exame nacional do ensino médio) e, alguns desses pontos de vista serão abordados a seguir. Contudo, não é objetivo desse trabalho confirmar que o resultado dessa avaliação é um mecanismo eficaz para avaliar a qualidade do ensino.

Iniciando essa discussão, a Revista Veja (1999) publicou uma reportagem intitulada - *Alunos quase iguais: Exame nacional desmistifica a supremacia da escola particular sobre a escola pública*. Essa reportagem procurou mostrar que na prova do ENEM (1999) houve pouca diferença existente entre as notas dos alunos de escolas privadas e os das escolas públicas, ficando os alunos das instituições privadas com 57, e os da pública com 45, sem levar em conta que dos cinco alunos com pontuação máxima em conhecimentos gerais, 3 eram de escola públicas. Dessa forma, a Revista Veja conclui que os resultados do ENEM “(...) puseram abaixo um mito a respeito da educação no Brasil: o da existência de um profundo abismo entre o ensino pago e o gratuito”. (op. cit.)

Contrariando esses pressupostos, Serafim (2007), no artigo *Avaliação mostra diferenças de qualidade entre escola pública e privada*, afirma que na avaliação do ENEM (2007) os estudantes de escola pública obtiveram notas quase um terço menor do que estudantes de escola privada. Indica inclusive que os estudantes da escola pública obtiveram a nota de 48,30 – numa escala de 0 a 10, enquanto que da escola particular fizeram 20 ponto a mais, com 68, 72.

Esse resultado para Meloni (s.d.) não reflete de forma absoluta uma supremacia da escola privada em relação à pública. Para o autor (op. cit.)

A chamada "rede privada" é na verdade um mosaico bastante variado de unidades de ensino independentes. Apesar do empenho das entidades sindicais, estas instituições funcionam sem praticamente nenhuma regulamentação. (...) Há sem dúvida escolas privadas que oferecem uma boa qualidade de serviços, mas também há inúmeras instituições que estão longe de praticar uma educação de qualidade.

A crítica é enfatizada quando afirma que um conhecimento mais aprofundado da escola privada pode levar a uma compreensão de que, parte dessas instituições tem um único objetivo, o de transformar a educação em mercadoria.

Com parecer um pouco divergente, Vidigal (s.d.) aponta um importante papel para as escolas particulares na educação brasileira, desde as pequenas escolas de educação infantil até as grandes Instituições com milhares de alunos. Segundo Vidigal (op. cit.)

A criatividade e a constante inovação do ensino particular influíram decisivamente na melhoria do ensino e da educação em nosso país. Apesar de mal interpretada e muitas vezes criticada e desconsiderada, a escola particular tem a sua existência garantida pela constituição brasileira, que, no capítulo da educação, prevê a liberdade de aprender e ensinar, bem

como "o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino." Esta é uma importante contribuição das escolas particulares para a democracia brasileira, proporcionando uma grande variedade de opções pedagógicas e evitando a escola pública como única alternativa. (VIDIGAL, s.d.)

Ressalta, contudo, que há escolas particulares que são dirigidas por pessoas sem a necessária habilitação e que consideram essencialmente a grande possibilidade de lucro, desconhecendo os demais aspectos e as obrigações.

Não se quer, nesse momento, tomar partido em favor de uma ou outra instituição, pública ou privada, mas não poderíamos deixar claro de que a escola pública é um direito do cidadão e dever do estado sua implementação, a qual deve ser, sem dúvida alguma, uma escola de qualidade. Não se pode aceitar que a escola pública seja tratada com desdém. Embora os discursos sejam em favor da escola pública, as ações parecem inertes.

Após essas considerações, pode se levantar alguns aspectos: constatou-se que praticamente inexistem estudos comparativos entre a qualidade do ensino da escola pública e privada e a maioria das análises incide sobre ao resultado final de uma avaliação nacional, o ENEM e são feitas, sem questionar a qualidade dos trabalhos com caráter científico.

Estas constatações podem ser retratadas também na qualidade do ensino da Educação Física. Dessa forma, nos questionamos, em se tratando de Educação Física, se há diferença na qualidade do ensino nas escolas públicas e privadas? A resposta a essa indagação não é muita fácil, mas instiga a investigar essa realidade, a qual é ponto direcionador para se criar possibilidades para melhoria da ação docente nestas instituições.

3. AÇÃO DOCENTE DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN

Após refletir sobre a educação, de maneira geral, nas instituições públicas e privadas, enfocar-se-á agora como se encontra organizada as práticas pedagógicas dos profissionais de Educação Física nos espaços de atuação profissional, mais especificamente, nas esferas pública e privada. A análise partirá do *locus* desta pesquisa, o município de Mossoró e, embora não queiramos generalizar uma dada realidade, poder-se-á, refletir sobre esses espaços de atuação profissional, visto que entendermos que a ação docente em Educação Física não deve ou deveria fugir do que se propõe: possibilitar através da vivência e apreensão

de práticas corporais, a formação de sujeitos ativos, participativos, autônomos, críticos e reflexivos.

Os profissionais da rede privada tem uma formação mais recente (1999 a 2005), o que indica que em seus processos formativos já devem ter tido ciência de práticas pedagógicas que vão além daquelas propiciadas pelas vertentes tradicionais. Na análise das aulas pode-se identificar em cada espaço de atuação dos professores a utilização das abordagens desenvolvimentista, construtivista³ e a proposta dos PCN's de Educação Física, embora nesta, o professor pontue utilizar a abordagem crítico superadora.

Na escola privada A, identificou-se que as aulas de Educação Física são realizadas tão somente para aqueles alunos que não se “encaixam” nas modalidades esportivas oferecidas pela escola, seja porque por falta de habilidade ou mesmo por não gostarem do tipo de aula realizadas no processo de treinamento das modalidades esportivas.

Esta realidade é bem similar a apresentada por Kunz (2004a, p. 45) quando observa a aula e uma escola privada no município de Ijuí/RS, na qual “Só participavam da aula alunos que, por apresentarem deficiências de habilidades na prática do voleibol, não foram selecionadas para as turmas de treinamento desta atividade.”

O uso de esporte como foco principal é um equívoco. Segundo Kunz (apud DARIDO e RANGEL, 2005, p. 72), “os esportes como conteúdo hegemônico impede o desenvolvimento de objetivos mais amplos da educação física, tais como o sentido expressivo, criativo e comunicativo.”

A aula se caracteriza como diretiva, na qual o professor apresenta as atividades e os alunos realizam. Era composta por atividades destinadas ao desenvolvimento das habilidades locomotoras, manipulativas e estabilizadoras, inclusive afirma que para trabalhar com crianças, a aprendizagem motora juntamente com o desenvolvimento motor tem importância primordial. Cita inclusive que o autor que embasa suas práticas é Go Tanni.

As aulas parecem monótonos, inclusive eventualmente há a reclamação dos alunos em relação as atividades realizadas. Não há momento para reflexão, nem um enfoque em aspectos como socialização ou cooperação. Poderia relacionar a aula a outro enfoque, incluindo o aspecto lúdico. Assim o jogo ganharia espaço, sendo possível o desenvolvimento das mesmas aprendizagens que a aula que realiza proporcionava. Desta forma, o manejo do corpo e manipulação da bola, visualizadas na aula poderiam ser apreendidos através do jogo possível, que segundo Paes (2001, p. 94) possibilita o resgate de cultura infantil no processo

³ Não se identificou a efetivação dessa abordagem.

pedagógico do ensino do esporte, tornando seu aprendizado uma atividade prazerosa e eficiente no que diz respeito à aquisição de habilidades básicas e específicas.

Na escola privada B, se prega que as ações educacionais são pautadas na perspectiva construtivista-interacionista. As falas do professor são pautadas nesse discurso. Para ele, “a educação física Infantil, tem o objetivo de através de seus conteúdos utilizados de forma lúdica e recreativa e levando em conta a cultura corporal **constrói o conhecimento, desenvolvendo o físico, psicológico, social, cultural e afetivo**”. (grifo nosso)

As aulas investigadas, sendo um na quadra e as demais na sala de aula, se pautaram nos jogos, principal conteúdo utilizada na abordagem construtivista. Segundo o professor aborda também os brinquedos cantados, as dinâmicas em grupo e os jogos pré-esportivos.

Vale destacar que a abordagem construtivista se constitui num espaço de criação e construção a todo instante, o que não se percebeu de forma clara. Embora as aulas abordassem os jogos e o professor criasse espaço para refletir sobre alguns aspectos que poderia pontuar como atitudinais, as reflexões partiam sempre do professor. Os jogos eram dados prontos e não havia momentos para pensá-lo, questioná-los, recriá-los ou mesmo sugerir outras possibilidades.

A relação do professor com os alunos se constituía como bastante amistosa, contudo suas aulas acabam se tornando diretivas, no sentido que é o professor que define todas as tarefas, incluindo quando começar, quando terminar, o que jogar e caberia aos alunos, a realização das tarefas.

A formação do professor da Escola privada B era, segundo ele, pautada em duas áreas: “o esporte e a Educação Física escolar”, talvez possa justificar a sua prática. A formação esportiva pautada em fazeres previamente definidos por *outrem*, reprodução de movimentos, obediência irrestrita as ordens professor ou técnico podem indicar o porquê suas ações são diretivas. Suas práticas se constituem assim num *habitus* construído em seu processo formativo, tão impregnado nos agentes que dificilmente podem ser mudadas (BOURDIEU, 2008).

De qualquer forma se percebe uma relação entre diferentes capitais culturais na constituição da ação docente do professor, o esportivo e o da Educação Física escolar, inserido ainda no campo de atuação profissional, o da Escola em que atua. A relação entre estes aspectos vão direcionando a prática pedagógica do professor desta escola.

Vale considerar ainda, que o campo tem importância ímpar na definição dos fazeres, no caso em questão, a instituição em que o professor atua. Segundo Borges (1998) as instituições influenciam direta ou indiretamente a prática docente.

Borges (op. cit.) denomina essa influência de poder educativo das instituições. A autora, ao analisar a prática de dois profissionais de Educação Física, concluiu que suas práticas eram distintas e variavam conforme o local onde lecionavam, portanto a ação docente do professor investigado em nosso trabalho, pautada no construtivismo, é também fruto do poder e da influência que esta Instituição tem e ou faz sobre ele.

Já a atuação do professor da Escola privada C seria pautada, segundo ele, na abordagem crítico superadora. Indica que está constantemente lendo livros relacionados à Educação Física e tem como mais importantes os relacionados à Educação Física e ao futsal. Aponta Coletivo de Autores como o texto principal que subsidia sua prática docente, contudo quando perguntado sobre a função da escola e da Educação Física responde que é “Formar cidadão” e “Contribuir para formação do homem enquanto membro de uma sociedade”, respectivamente.

A partir de suas afirmações e da observação das aulas pudemos perceber que sua prática pedagógica se aproxima muito mais da proposta dos PCN’s de Educação Física, isto porque quando pontua que o objetivo de suas aulas é formar o cidadão ou a formação do homem enquanto membro da sociedade está na verdade indicando, de certa forma, os objetivos dos PCN’s e não da abordagem crítico superadora.

Embora posteriormente pontue que o papel do professor é “Educar e dar subsídios para que o aluno tenha maior consciência de si e melhor visão do meio”, não conseguimos visualizar isto em sua ação docente.

Na verdade em suas aulas possibilita uma diversidade de práticas corporais, realizadas a partir de estrutura física que dispõe, um espaço coberto com uma mesa de tênis de mesa e uma quadra. Nestas, realizava um revezamento, de forma que os alunos estão constantemente utilizando os dois espaços.

Percebeu-se em suas aulas a ênfase na participação de todos, evitando a exclusão, independente do nível de habilidade, o que mais uma vez nos permite realizar uma associação entre suas práticas e a abordagem dos PCN’s de Educação Física.

Tal postura é semelhante a um dos princípios pregados pelos PCN’s, o da inclusão, (1998, p. 19) quando especifica que:

A sistematização de objetivos, conteúdos, processos de ensino e aprendizagem tem como meta a inclusão do aluno na cultura corporal de movimento (...) Busca-se reverter o quadro histórico da área de seleção de indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, resultante da valorização exacerbada do desempenho e da eficiência.

Não há também uma reflexão crítica sobre as práticas, nem muito menos possibilita uma associação dos conhecimentos tratados nas aulas com a realidade social dos alunos, descaracterizando assim sua ação docente com a abordagem crítico superadora.

Já os profissionais da rede pública de ensino investigados, dois deles já atuam a mais de 25 anos e somente um tem uma formação mais recente (há 05 anos). Desse primeiro aspecto, podemos pontuar que somente um dos profissionais investigados teve em sua formação o acesso às discussões pedagógicas mais atuais, o que pode ser um diferencial em suas ações docentes.

A Escola pública 4 apresenta como característica nas aulas de Educação Física a separação das turmas por sexo, há portanto aulas só para os meninos e só para as meninas. Em uma dessas aulas observadas, o público era o feminino. Nesta aula foram realizadas algumas atividades recreativas e, em certos momentos as alunas opinavam nas brincadeiras e eram atendidas.

Entendemos que o jogo como conteúdo da Educação Física é uma unanimidade em quase todos os trabalhos que discutem a Educação Física enquanto prática pedagógica, como Barbosa (1997), Brasil (1998), Soares et al. (1997), Freire (1997), Rangel e Darido (2005), entre outros. Contudo, a nosso ver, o jogo não pode ser feito a revelia. O professor tem que ter claro aonde quer chegar. Que objetivos pretende atingir e não jogar por jogar, o que não ficou claro na aula. A aula voltada para a prática do jogo, exceto a queimada, não parecia ser uma atividade comumente realizada pelas alunas.

No segundo dia de observação, a professora levou os alunos para uma praça, que segundo ela, uma vez a cada bimestre é realizado esse passeio com eles. Para este passeio compareceram mais alunos do que nos dias normais de aula. A professora levou alguns materiais como: bolas de vôlei, futsal, dente de leite e cordas. Os alunos ficavam livres para realizar as atividades que sentiam prazer.

Embora o lazer possa ser abordado nas aulas de Educação Física, a nosso ver não pode se limitar a ocupação de espaços e realização de práticas corporais. Não se percebeu direcionamento. Não se proporem tarefas. Não foi visualizado um objetivo para aula.

Acreditamos que poderia haver uma intervenção do professor no sentido de possibilitar ao aluno uma atuação além do fazer por lazer, por exemplo, solicitar que os alunos experimentassem as diversas possibilidades de lazer presentes na praça; no decorrer dessa vivência o professor estaria intervindo, questionando, propondo possibilidades de se movimentar; num terceiro momento os alunos poderiam discutir as vivências, apresentando opiniões, compreensões e sugestões para aulas posteriores. Possibilitar-se-ia, dessa forma, a

realização do que Kunz (2004b) chama de didática comunicativa, a qual fundamenta a função do esclarecimento e de prevalência racional em todo agir comunicativo.

A educação é sempre um processo onde se desenvolvem “ações comunicativas”. O aluno enquanto sujeito do processo de ensino deve ser capacitado para sua participação na vida social, cultural e esportiva, o que não significa somente a aquisição de uma capacidade de ação funcional, mas a capacidade de conhecer, reconhecer e problematizar sentidos e significados nessa vida, através da reflexão crítica. A capacidade comunicativa não é algo dado, simples produto da natureza, mas deve ser desenvolvida (KUNZ, 2004b, p. 31)

No terceiro dia de observação por haver apenas 5 alunas a professora não deu aula, entregou uma bola e ficou a observar as meninas, sendo que umas brincavam com a bola de vôlei, e outras jogavam queimado.

Mais uma vez acreditamos que é possível a intervenção do professor. A aula de Educação Física deve ser mediada por ele. Mediar não é dar nada pronto. É propor tarefas para que o aluno, enquanto sujeito ativo do processo ensino aprendizagem, possa atuar de forma consciente e autônoma.

Pudemos identificar também, a partir das falas do professor, que sua formação sofreu fortes influências dos modelos tradicionais de ensino. Após sua formação, pouco procurou renovar seus conhecimentos na área da Educação Física. Suas leituras restringem-se apenas a Educação Física e recreação, as quais pouco são utilizadas nas suas práticas, contudo apresenta uma problemática em sua prática – o professor relata não ter em suas aulas uma metodologia específica, nem haver planejamento para suas aulas.

Ambos os casos são problemáticos, o primeiro porque demonstra um limitado cuidado sobre o processo educativo, visto que a ação docente não é feita a revelia, mas há toda uma organização teórica metodológica para garantir a consecução dos objetivos. O segundo, com estreita relação com o primeiro, pois se não há uma organização metodológica, o planejamento torna-se desnecessário.

Na Escola pública 5 as aulas de Educação Física são realizadas em uma quadra de uma escola particular que é cedida para estas práticas. A ausência de espaço às aulas de Educação Física representa parte do descaso que os órgãos governamentais têm em relação à educação. A ausência de espaço associada à ausência de material pedagógico limita bastante as possibilidades pedagógicas do professor, limitação essa que talvez seja um eficaz meio de controle e garantia da manutenção do *status quo* dominante.

A aula realizada na Escola pública 5 é mista, portanto meninos e meninas participam juntos da aula. Contudo, não podemos dizer que há co-educação porque não há direcionamento das aulas. O que pode ser observado foi que a aula se limita na distribuição do material (bolas e cordas) e, a partir deste, os alunos ficam brincando. A ação do professor limita-se a entregar o material, sentar, ficar olhando e depois recolher o material. Percebeu-se nessa dinâmica que, a medida que o tempo vai passando, a aula vai ficando cada vez mais monótona. Outra maneira identificada foi à realização pura e simples do jogo de voleibol. O professor mais uma vez se limitou a armar a rede, entregar as bolas, sentar e observar os alunos brincarem.

Em seu discurso, o professor afirma que é função do professor mediar à aprendizagem dos conhecimentos para o aluno e que a aula de Educação Física deve proporcionar a formação global dos cidadãos, contudo nada faz para proporcionar isto.

Afirma que a metodologia que utilizada em suas aulas é a concepção de aula aberta, justificando essa utilização pela falta de subsídios. Vale salientar que há uma confusão de entendimento do professor. Aula aberta não é deixar o aluno à vontade para fazer o que quiser. Segundo Almeida (1991) a aula aberta apresenta especificação que a caracterizam, a qual é orientada no aluno, no processo, na problematização e na comunicação. Aspectos esses que não estavam presentes na aula do professor da Escola pública 5.

Na verdade, as aulas se constituem num *laissez faire* e dessa maneira proporciona poucas aprendizagens. Matthiesen (2006) faz uma crítica a este tipo de prática a afirmar que:

Educadores que sob a égide do *laissez-faire*, deixam as crianças ao léu, negligenciando seu papel de educador – leia-se, frustrador – em prol de um mimo excessivo que abomina toda e qualquer possibilidade de frustração. O resultado não poderia ser outro: a bola rolando solta durante aulas de Educação Física; crianças ao léu e, no limite, sem limites! A permissividade, necessária até certo ponto, torna-se, neste caso nociva, com resultados incontroláveis levando, fatalmente, a uma intervenção desesperada por parte dos educadores. Talvez ainda mais drástico do que no primeiro caso, os educadores mudam da "água para o vinho" e sem mais, nem menos, agem brutalmente com base em "processos corretivos" e manuais de auto-ajuda de como lidar com crianças mal-educadas.

Esse tipo de prática também reforça o conceito, tão presente no imaginário, de que o professor de Educação Física não “trabalha”. Neste caso, é necessária uma reformulação total na ação docente, sem a qual, o processo ensino aprendizagem se torna inócuo.

A Escola pública 6 é uma escola pequena e com uma “péssima” estrutura física para as práticas das aulas de Educação Física, embora disponha de uma quadra que se localiza por trás da escola, a mesma se encontra sem condições de ser usada. As aulas de Educação Física segundo a professora estavam sendo realizadas em um pátio dentro da escola.

Vale destacar que não observamos nenhuma aula, visto que em três visitas realizadas a escola não houve a presença de nenhum aluno. Segundo a professora estes não estavam mais comparecendo nas aulas por está no final do ano e porque alguns alunos participavam de ensaios para atividades culturais extra-escolares. Estes participavam do Auto da liberdade, Chuva de bala no país de Mossoró, Oratório de Santa Luzia, entre outros, e por participarem destas atividades eram liberados das aulas de Educação Física. Questiona-se assim, por que a Educação Física é a única disciplina que os alunos podem ser liberados das aulas para exercerem outras atividades no horário das aulas?

O professor é o mais antigo dos que fizeram parte dessa pesquisa e pela entrevista percebemos uma aproximação do mesmo com a vertente biologicista, isto porque quando indagado sobre a função da Educação Física e sobre o papel do profissional, responde que é “(...) tratar do corpo do aluno, da saúde, (...)” e “(...) cuidar do corpo do aluno. Orientar para que tenha uma boa saúde”, respectivamente.

Embora saibamos que a formação do professor não termina no curso superior, boa parte de subsídio teórico é adquirido nesse período. E, como o professor, formou-se em 1980, e que nesta época havia influência, ainda maior das vertentes higienista, militarista e esportivista, sua ação docente pode ainda sofrer influencia destas e, principalmente da higienista, pois está no imaginário a relação direta entre saúde e atividade física.

Sobre sua metodologia, o professor afirma que trabalha com muita recreação, exercícios, relaxamentos. Segundo ele, seu foco direto é a Educação Física, pois a prática da modalidade esportiva é de responsabilidade de outro professor. Aponta que discute em suas aulas aspectos como saúde, prostituição, aspectos sociais e enfatiza que a clientela de suas aulas é bastante carente.

Quanto aos problemas no ato de ensinar Educação Física, cita que os principais são a pouca participação dos alunos, juntamente com a estrutura física, pois a escola não dispõe de local adequada para a prática das aulas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões entre o público e privado, vem de longas datas, principalmente em se tratando de educação. Alguns discursos se pautam na afirmação de que as escolas particulares possibilitam uma formação melhor do que as públicas, contudo não vislumbramos de forma incisiva essa discussão na Educação Física. Dada essa situação nos inquietamos em saber como seria e se haveria diferença significativa entre a ação docente dos profissionais de Educação Física das escolas públicas e privadas.

Instigados com esta inquietação realizamos uma pesquisa com 6 profissionais de educação física das redes de ensino publica e privada, respectivamente 3 (três) de cada rede, contudo temos ciência que os resultados não podem ser generalizados, nem muito menos dizer que a realidade detectada pode ser constituir no diagnóstico de todo o município de Mossoró. Os resultados que apresentam representam um recorte que retrata uma realidade que não deve ser descurado e que deve servir como mais um ponto de reflexão para pensar a ação docente em Educação Física.

A partir dessas considerações e da pesquisa realizada podemos dizer que a ação docente dos profissionais de Educação Física apresentada é bastante limitada, pois a maioria delas se pauta apenas em fazeres, não existindo momentos de reflexão sobre aquilo que se faz, nem estabelecendo relação entre os conhecimentos apreendidos e a realidade.

Poder-se-ia dizer também que os professores de formação recente já tentam introduzir proposições pedagógicas a fim de suplantar a prática tradicional de ensino que ora se instala nas escolas, embora ainda carreguem a influência desse pensar tradicional.

De forma mais pontual, identificamos também nesta pesquisa, diferença entre os profissionais que atuam nas redes pública e privada de ensino. Para os que atuavam na rede privada havia uma preocupação maior na preparação, organização e realização das aulas. Suas práticas em sua maioria eram pautadas em correntes pedagógicas, embora ainda não conseguissem implantá-las de fato.

Nas escolas da rede pública de ensino investigadas, os professores deixavam a aula mais livre, com pouco ou nenhum direcionamento, o que se torna um problema, visto que não entendemos a prática pedagógica com a ausência de direcionamento. Percebia-se um menor interesse desses profissionais que constantemente pontuavam a estrutura física com empecilho significativo para suas ações docentes.

Mesmo considerando que há outros aspectos, como estruturais, o tipo e o tempo de formação, entendemos que o poder educativo das instituições se tornou elemento significativa

nas práticas realizadas. As exigências as escolas privadas são bem maiores que na escola pública, “obrigando” os profissionais das instituições privadas e realizaram uma prática de melhor qualidade.

É necessário afirmarmos que a exigência de uma ação docente de qualidade e responsável, deve ter como ponto inicial o próprio professor. É a partir dele que as demais ações se sucedem.

Dessa maneira, professores da rede pública e privada devem ser sabedores do seu papel de educador e que como tais, devem procurar realizar, independente do local, uma prática docente que permita ao aluno um saber fazer e um saber ser – participativo, crítico, autônomo e transformador da realidade. Só pensando dessa forma é que a educação física passará a ser respeitada como deve ser. Como formadora de pessoas capazes de viver numa realidade complexa e contraditória.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. de. **Visão didática da educação física**: análises críticas e exemplos práticos de aula / Grupo de trabalho pedagógico UFPE-UFSM. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1991.

Alunos quase iguais. **Revista Veja**. 1999. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/221299/p_071.html>. Acesso em: ago. 2008.

BARBOSA, C. L. de A. **Educação Física Escolar**: da alienação à libertação. Petrópolis: Vozes, 1997.

BORGES, C. M. F. **O professor de educação física e a construção dos saber**. Campinas: Papirus, 1998.

BOURDIEU, P. e PASSERON, J. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL, Secretaria de Educação Física. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Educação Física – V. 7 – 3º e 4º ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SOARES et al. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez editora, 1992.

DARIDO, S. C. e RANGEL, I. C. A. (coord.) **Educação física na escola**: implicações para prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DOURADO, L. F. e BUENO, M. S. S. O público e o privado em educação. In: WITTMANN, L. C. e GRACINDO, R. V. **O estado da arte em política e gestão de educação no Brasil**: 1991 a 1997. Campinas: Autores Associados, 2001.

Enem mostra que aumenta a distância entre as escolas públicas e particulares. **Globo.com**. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL387554-5604,00.html>> Acesso em Acesso em: ago. 2008

KUNZ, E. **Educação física: ensino e mudanças**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004a.

_____, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004b.

MELONI, R. A. **O ENEM e a Escola Privada**. CONTEE - Confederação nacional dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino. Disponível em: <<http://www.contee.org.br/noticias/artigos/art115.asp>>. Acesso em 06/03/2009.

PAES, R. R. **Educação Física Escolar: o esporte como conteúdo pedagógico do ensino fundamental**. Canoas: Ed. ULBRA, 2001.

PAU DOS FERROS. **Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física: modalidade licenciatura**. Pau dos Ferros/RN, 2009.

SERAFIM. M. C. **Avaliação mostra diferenças de qualidade entre escola pública e privada**. *Notas de Maurício C. Serafim*. Disponível em: <<http://mauricioserafim.net/2007/11/23/avaliacao-mostra-diferencas-de-qualidade-entre-escola-publica-e-privada/>>. Acesso em 30/08/2008.